

HABEAS CORPUS Nº 494.328 - PR (2019/0048409-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
LUIS GUSTAVO FAGUNDES PURGATO - SP293114
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : CRISTIANO RIBEIRO (PRESO)

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local no Agravo n. 0025612-75.2018.8.16.0017. A Defensoria Pública requer sua progressão ao regime aberto ou a concessão do livramento condicional, por entender que a ordem de prisão preventiva decretada em outro processo não evidencia ausência de requisito objetivo.

Verifico a falta de interesse de agir, condição da ação constitucional. O apenado não pode cumprir, ao mesmo tempo, pena no regime aberto ou em livramento condicional e prisão cautelar, por crimes diversos. Se for concedido um ou outro benefício na execução em curso, assim que for restabelecida sua condição de liberdade ele será preso preventivamente, **em situação muito mais gravosa do que a atual**, sem direito, por exemplo, ao trabalho externo e às saídas temporárias.

O remédio constitucional não pode ser utilizado para criar situação maléfica ao paciente (fl. 10), principalmente quando o próprio Tribunal assinalou que na hipótese de "revogação do aludido decreto de prisão", poderá haver, a pedido da defesa, o reexame dos pedidos (fl. 15).

À vista do exposto, **com fulcro no art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente este habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**